

## A construção social da realidade no livro-reportagem

Alexandre Zarate Maciel<sup>1</sup>

### Resumo:

A produção do livro-reportagem é menos marcada pelos limites do jornalismo comercial. Diferente dos jornais, o livro é apresentado aos leitores como um produto mais perene e contextualizado. Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre os mecanismos de representação do real no livro-reportagem, tomando por base o pensamento de Berger e Luckmann (2007), Bourdieu (1997), Hall (1997), além das relações de Correia (2005) com as ideias de Alfred Schutz e o jornalismo como campo narrativo. Essas concepções são comparadas com as dos raros pesquisadores do assunto, Lima (2009), Vilas Boas (2006) e Catalão (2010). Conclui-se que as condições ímpares de produção não garantem, por si só, que o livro-reportagem nascerá livre de estereótipos.

**Palavras-chave:** Jornalismo; livro-reportagem; construção da realidade.

### Abstract:

The production of the reporting-book is less marked by the limits of commercial journalism. Unlike newspapers, the book is presented to readers as a more permanent and contextualized product. This article proposes a theoretical reflection on the real representation mechanisms in the reporting-book, based on the thoughts of Berger and Luckmann (2007), Bourdieu (1997), Hall (1997), in addition to Correia's relations (2005) with Alfred Schutz's ideas and journalism as narrative field. These conceptions are compared with those of the rare researchers of the subject, Lima (2009), Vilas Boas (2006) and Catalan (2010). It can be concluded that the unique conditions of production are not a guarantee by themselves that the reporting-book will be made free of stereotypes.

**Keywords:** Journalism; reporting-book; construction of reality.

Artigo recebido em: 13/04/2015

Aceito em: 10/06/2015

<sup>1</sup> Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz, graduado em Comunicação, habilitação em Jornalismo (UFMS) e mestre em Ciências da Informação (UnB). Atualmente cursa doutorado no programa da UFPE. E-mail: alexandremaciel2@gmail.com.

## Introdução

As reflexões sociológicas e filosóficas a respeito do conceito de construção social da realidade ajudam a iluminar o entendimento do campo específico de produção de livros-reportagens no Brasil contemporâneo. Interessa debater, em abordagem teórica, neste artigo, se certas condições ímpares de elaboração contribuem para formas de representação de outra natureza nesses produtos jornalísticos.

Para auxiliar nesse debate, é preciso resgatar o conceito de construção social da realidade. Trazê-lo para o universo de produção do jornalismo e, em particular, do livro-reportagem. Nesse sentido, os pensamentos de Berger e Luckmann (2007), Bordieu (1997), Hall (1997), além das relações que Correia (2005) estabelece entre as ideias de Alfred Schutz e essa prática profissional, serão cotejados com as conclusões de raros pesquisadores brasileiros que já se propuseram a estudar o livro-reportagem em suas teses de doutorado, como Lima (2009), Vilas Boas (2006) e Catalão (2010).

Os jornalistas autores trabalham de forma mais individualizada do que os profissionais que vivem rotinas hierarquizadas em redações. Contam com tempo estendido para apuração e redação. Concentram-se em universos temáticos específicos e lidam com o mercado editorial de livros e não com o de jornais e revistas. Pela natureza do livro-reportagem, também trabalham com assuntos menos percíveis, posto que não empacotados como factuais. Diante dessas condições, esses jornalistas autores encontram quais desafios no seu propósito de interpretação e narração da realidade?

Esses aspectos não garantem que o livro-reportagem seja um produto jornalístico divorciado da lógica comercial, já que está inserido no campo das editoras. Ou mesmo que as condições privilegiadas para a sua produção assegurem, por si só, produtos que apresentem fenômenos sociais ou personagens livres de estereótipos ou tipificações. Se o jornalista autor não estiver atento aos mecanismos de construção da realidade que está lidando ao mergulhar nos contextos históricos e figuras humanas que tenta interpretar, deixando de explicitar suas dúvidas e impasses para os leitores e encastelando-se em uma pretensão de relato verdadeiro, seu contrato de leitura fica prejudicado.

O autor deste artigo está desenvolvendo uma tese de doutorado que tem como proposta entender o perfil e os mecanismos de interpretação da realidade dos autores de livros-reportagens brasileiros. A intenção é organizar as impressões desses jornalistas-autores e as dos editores que publicam essas obras sobre seus métodos jornalísticos de interpretação do real, utilizando a entrevista qualitativa em profundidade. As discussões presentes neste texto, sobre construção social da realidade nas práticas jornalísticas do livro-reportagem tomam por base reflexões que servirão de esteio para elaboração de questionários semi-abertos de pesquisa a serem aplicados com os jornalistas autores.

Até que ponto esses escritores, em geral jornalistas com experiência nas redações tradicionais, traduzem em discurso suas práticas de interpretação do real? Essa resposta só poderá advir em futuros artigos e na tese final. Mas a reflexão teórica aqui contida ajuda a iluminar os caminhos da pesquisa de campo, relacionando a perspectiva construcionista na Teoria do Jornalismo com a produção de livros-reportagens, visão teórica ainda inédita nas demais pesquisas sobre o assunto no Brasil.

## **Narrando e “construindo” a realidade**

Não cabe aqui uma exaustiva revisão do complexo conceito de construção social da realidade, mas, sim, um esforço para tentar relacionar essas ideias com o campo do jornalismo, e, em particular, o subcampo do livro-reportagem. Na ótica de Burke (2003, p.19), o crescimento da imprensa como instituição social legitimada de representação do real “facilitou a interação entre diferentes conhecimentos”, estimulando tanto o ceticismo quanto a difusão de ideias menos cristalizadas.

Apoiado nas ideias do filósofo Alfred Schutz, Correia (2005, p.149) classifica os meios de comunicação como um “sistema de determinação de relevâncias” no qual o jornalismo reivindica a competência de “detectar as relevâncias do mundo cotidiano a fim de traduzi-las em notícia”. Berger e Luckmann (2007) ressaltam que a força da linguagem organiza e determina a ordem na qual a vida cotidiana ganha significado comum. Essa realidade, matéria prima do jornalismo, “também se apresenta como um mundo intersubjetivo”, ou seja, “não posso existir na vida cotidiana sem estar em constante interação com os outros” (BERGER E LUCKMANN, 2007, p.40). Trazendo a reflexão para o jornalismo: a intenção dessa instituição legitimada historicamente como um dos canais de representação do real, seria a de ordenar esses discursos propondo uma visão contextualizada do cotidiano.

As noções de tipificação e objetivação são essenciais para entender o jornalismo como uma instituição de representação do real, e, aqui, particularmente, o livro-reportagem. Berger e Luckmann (2007) alertam que os esquemas tipificadores ordenados pela linguagem são recíprocos e levam a uma tendência dos seres humanos apreenderem os seus pares de maneira tipificada. São elas que estabelecem, a partir da força da linguagem, “índices mais ou menos duradouros dos processos subjetivos dos seus produtores” (BERGER E LUCKMANN, 2007, p.50).

Pelas suas próprias condições de produção, em redações hierarquizadas, com a busca da notícia marcada pelos fatores da pressão do tempo e da falta de espaço, há uma grande tendência dos jornalistas tipificarem suas fontes de forma limitada, atendo-se principalmente às vozes oficiais, por exemplo. Os chamados valores-notícias, fatores detectados em várias pesquisas sobre a rotina das redações para determinar o que é ou não noticiável, também são exemplos claros do poder de ob-

jetivação do jornalismo. Se a prática profissional não for balizada por uma reflexão ética, corre-se o sério risco de avaliar a realidade com os grilhões dos preconceitos, dos reducionismos e estereótipos. Mas cabe perguntar: será que por estar inserido em um esquema um tanto diferenciado de produção o autor de livros-reportagens estaria naturalmente livre desses esquemas de representação do real? Parece que não, como será exposto adiante.

O jornalismo trabalha com a organização de discursos e hierarquizações de visões de mundo em processos de objetivação. Berger e Luckmann (2007, p.60) afirmam que por meio da linguagem “um mundo inteiro pode ser atualizado a qualquer momento”, definição que encaixa com perfeição na descrição do modo de operação do jornalismo. Ainda sobre o poder da linguagem, Berger e Luckmann (2007, p.67) ponderam que ela é capaz de “tornar o repositório objetivo de acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir para gerações seguintes”. Pode-se considerar, no campo do jornalismo, que esse atributo tem mais condições de ser desenvolvido pelo autor de livros-reportagens.

Esse produto jornalístico, resultado de anos de pesquisa, está centrado em um arco temático e de tempo mais amplo e apresenta uma visão contextual dos acontecimentos e personagens relatados que vai além do mero registro fugaz do cotidiano. O livro, diferente dos jornais e revistas, ganha um *status* de relevo nas bibliotecas dos leitores, permitindo consultas constantes. As informações ali organizadas e apresentadas parecem ter um potencial de perenidade bem maior.

Convém tratar um pouco mais dos sistemas de representação. Hall (1997, p.4) entende esse conceito como “diferentes modos de organizar, agrupar e classificar conceitos e estabelecer relações entre eles”. Justamente a missão do jornalismo. Em geral, por força da cultura, as ideias sobre as coisas estão organizadas em “diferentes sistemas classificatórios, como casualidade, natural/artificial, semelhança e diferença” (HALL, 1997, p.4). O profissional jornalista, como já ficou comprovado em vários estudos das Teorias do Jornalismo, compartilha valores profissionais, como os papéis sociais de vigilante do poder, “cão de guarda”, ou defensor das liberdades. Não é diferente com relação ao perfil do autor de livros-reportagens. No entanto, este narrador realiza um trabalho mais individual, fora da linha de produção das redações, estabelecendo relações não com uma ordem hierárquica, mas com o universo editorial, que também tem as suas sanções, porém de outra natureza.

Como “todos os sentidos são produzidos dentro de cada história ou cultura”, conforme salienta Hall (1997, p.16), “a produção de sentidos depende da prática da interpretação”. O autor de livros-reportagens parece se aproximar mais do trabalho do historiador, guardadas as várias diferenças entre esses olhares profissionais, pois lida com o conceito de contemporaneidade dos acontecimentos. Quando trata de períodos históricos que não viveu, ou mesmo de grupos humanos que compartilham modos de convivência incomuns, ele precisa fazer um esforço de interpre-

tação para compreender como se organizam as visões de mundo naquela época ou comunidade.

## **Construindo a realidade no jornalismo: Schutz, Bordieu e Luhmann**

Para afirmação no mercado, o jornalista, segundo Bordieu (1997, p.103), enfrenta alguns princípios de legitimação, sendo um deles é o “reconhecimento pelos pares”, prêmio para os profissionais que “reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos”, ou seja, a linha editorial. E o “reconhecimento pela maioria”, este “materializado no número de receitas, de leitores (...), sendo a sanção do plebiscito inseparavelmente um veredicto de mercado” (BORDIEU, 1997, p.103).

Em entrevistas para a imprensa sobre o seu modo de produção, autores de livros-reportagens como Ruy Castro e Fernando Morais costumam frisar que procuraram escapar das lógicas do mercado para produzir obras mais autorais. Mas o sucesso editorial dos seus livros não deixa de estar vinculado ao fato desses jornalistas terem acumulado vasto capital simbólico como profissionais de redação (“reconhecimento dos pares”) antes de terem se tornado escritores.

No entanto, Bordieu (1997, p.111) detectou um tipo de profissional do ramo que pode se enquadrar no perfil do autor de livros-reportagens: seriam “produtores culturais situados em um lugar incerto” entre o campo jornalístico e os campos especializados (literários ou filosóficos). Os “intelectuais-jornalistas” utilizariam “seu duplo vínculo para esquivar às exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro” (BORDIEU, 1997, p.111).

Importante ressaltar que os autores de livros-reportagens podem não seguir mais o plebiscito aprisionador da chancela do público via vendagem de jornais e revistas, mas se não escolherem personagens interessantes e de certa projeção (Olga Assis Chateaubriant, Paulo Coelho, no caso de Morais e Garrincha, Nelson Rodrigues e Carmem Miranda, biografados por Ruy Castro), enfrentarão dificuldades de inserção em um mercado que também apresenta as suas sanções: o de editores de livros. Os futuros questionários que serão aplicados com os autores de livros-reportagens buscarão reconhecer suas impressões a respeito dos efeitos diferenciados de campo (menos pressão pelo “furo”; lógica minimizada de velocidade de produção e concorrência) que caracterizam esse tipo de produção jornalística.

A partir das lições de Schutz, Correia (2005) acalenta certa esperança em um jornalismo menos marcado pela herança positivista. Da consciência da sua participação na construção da realidade social, “pode resultar a assunção de que o jornalista, tal como todos os observadores sociais, está presente no mundo da vida, participa nele e na forma como ele é percebido” (CORREIA, 2005, p.225). Ele recomenda que os profis-

sionais deixem de acreditar que são “helicópteros que planam sobre a realidade sem a tocar” ou que os seus “enunciados são onde a realidade se reflete, clara e cristalina” (CORREIA, 2005, p.225). Será que os jornalistas autores de livros-reportagens alcançam esse patamar? Essa percepção mais clara só virá a partir da aplicação futura de questionários, mas pesquisadores que analisaram livros-reportagens a partir da sua perspectiva discursiva perceberam certa tendência a estereótipos. Portanto, mesmo inserido em um campo com outras lógicas de produção, o autor de livros-reportagens não está imune a certa pretensão objetiva de enquadramento.

Luhmann (2005, p.130) reforça, nesse sentido, que é necessário refletir sobre o “conhecimento do mundo que o sistema dos meios de comunicação produz e reproduz”. O pesquisador pondera que os meios de comunicação parecem determinar “a forma como o mundo deve ser lido e atrelam as perspectivas morais a essa descrição” (LUHMANN, 2005, p.130). Cabe refletir se esse fenômeno é recorrente no livro-reportagem. Como será explanado logo adiante com a análise de teses que trataram do livro-reportagem, teoricamente os biógrafos, por exemplo, teriam muito mais tempo para refletir sobre as ações dos seus personagens, comparando as múltiplas visões coletadas sobre eles e suas épocas históricas. Também contariam com mais liberdade para tratar de suas dúvidas de interpretação diretamente com o seu público leitor. No entanto, trabalhar com essas “liberdades” não significa garantia de que o produto final estará livre de preconceitos, tipificações apressadas ou estereótipos. A vigilância constante sobre o próprio trabalho solitário de autor (a consciência de que faz parte do sistema de representações que está relatando, do mundo da vida que está interpretando) a partir de uma baliza ética, representa um princípio essencial.

## **Construção social no livro-reportagem: visões dos pesquisadores**

Com a defesa de sua tese em 1990, na USP, Edvaldo Pereira Lima tornou-se pioneiro nos estudos do livro-reportagem no Brasil. Seu trabalho transformou-se na obra “Páginas Ampliadas - o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”. Lima (2009, p.26) diz que o livro-reportagem “é o veículo de comunicação impresso, não periódico, que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos”.

O autor toma por base a Teoria Geral dos Sistemas para concluir que o livro-reportagem pode ser entendido como um “subsistema híbrido”, que seria interligado tanto ao “sistema jornalismo” quanto ao “sistema editoração” (LIMA, 2009, p.10). Lima (2009, p.62) pondera que, na elaboração do livro-reportagem, os vários elementos da prática jornalística “atingem um patamar próprio, diferenciado de operação”. Assim, o livro-reportagem, em sua opinião e na de outros autores, é um dos gêneros da prática jornalística, “dadas as suas especificidades (...) a função aparente que

exerce (...), os elementos operativos que se utiliza e o modo como combina as regras que determinam as relações desses elementos” (LIMA, 2009, p.62).

Na tese “Jornalismo *Best Seller*: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo”, de Antônio Heriberto Catalão Júnior, a intenção foi perceber como se configurava a produção no gênero até então. Defendida, em 2010 no Programa de Linguística da Unesp, dedicou-se à análise de discurso de 18 livros dessa área publicados no Brasil entre 1966 e 2004 e que lideraram listas de mais vendidos, sendo seis deles estrangeiros<sup>2</sup>. Catalão (2010, p.21 e 22), acredita que Lima confunde o que é gênero do discurso com o seu suporte. Sua definição pessoal é que o livro-reportagem “é um gênero do discurso, cujos enunciados típicos são produzidos mediante trabalhos de reportagem e materializados em livro, que é seu meio distintivo”.

Antes de Catalão, em 2006, Sérgio Vilas Boas defendeu a tese “Metabiografia e seis tópicos para aperfeiçoamento do jornalismo biográfico” e concentrou-se no estudo das biografias. A partir das leituras de obras como “Estrela solitária”, de Ruy Castro, “Chatô, o rei do Brasil”, de Fernando Moraes e “JK, o artista do impossível”, de Cláudio Bojunga, critica alguns aspectos recorrentes nas biografias brasileiras até então publicadas, como certa pretensão de apresentar a “verdade” sobre a vida do biografado.

Fica claro, em um olhar mais geral sobre as três perspectivas, que Vilas Boas e Catalão apresentam um viés bem mais crítico com relação ao livro-reportagem do que o pioneiro Lima. Para este, as condições diferenciadas de produção do livro-reportagem parecem possibilitar, por si só, uma leitura mais contextualizada e menos enviesada dos fatos contemporâneos do que o jornalismo tradicional. Acredito, como os outros dois pesquisadores, que um olhar mais direto sobre a perspectiva subjetiva dos jornalistas-escritores, inseridos nas lógicas também comerciais das editoras, ajuda a desmistificar um tanto essa “aura” do produto livro-reportagem. É necessário entender melhor as intenções desses narradores, seus “óculos” para filtrar os fatos contemporâneos. A pesquisa de campo do autor deste artigo, entrevistando jornalistas-autores, pretende preencher essa lacuna sobre o *ethos* dessa categoria profissional.

A partir da diferenciação que estabelece da prática do livro-reportagem com relação à da imprensa regular, Lima (2009) passa a apontar o que ele conceitua como “liberdades” que o autor dessas obras teria em relação às rotinas tradicionais. A primeira delas é a liberdade temática. Como não precisa se encaixar nas lógicas dos valores-notícias comuns, muito atrelada ao jornalismo factual, os autores de livros-reportagens podem superar as abordagens superficiais. Certas biografias de sucesso

2 Entre os livros brasileiros, em primeiro lugar ficou Olga (1989), de Fernando Moraes; seguido de “A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral” (1990), de Eduardo Bueno; “1968, o ano que não terminou” (1988), de Zuenir Ventura; “As vidas de Chico Xavier” (2003), de Marcel Souto Maior; “Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531” (1990), de Eduardo Bueno; “Chatô, o rei do Brasil” (1994), de Fernando Moraes; “A ditadura escancarada” (2002), de Elio Gaspari; “Capitães do Brasil” (2006), de Eduardo Bueno; “Rota 66: a história da polícia que mata” (1993), de Caco Barcelos; “Abusado” (2008), do mesmo autor; “Brasil: uma história – a incrível saga de um país” (2002), de Eduardo Bueno; e “Mauá, o empresário do Império” (1995), de Jorge Caldeira.

no mercado editorial brasileiro, como “Olga”, de Fernando Moraes, dão aval a esse aspecto. A obra, posteriormente adaptada para o cinema, conferiu maior visibilidade a uma personalidade que, até então vivia à “sombra” de Luis Carlos Prestes.

Outra liberdade, segundo Lima (2009, p.83), é a da angulação, ou seja, o “livro-reportagem é uma obra de autor”. Teoricamente o autor estaria “desvinculado, ao menos em tese”, de comprometimentos com o “nível grupal” e de “massa” e seu “único compromisso é com a sua própria cosmovisão e com o esforço de estabelecer uma ligação estimuladora com seu leitor” (LIMA, 2009, p.84). Acredito que seja temerosa sem uma pesquisa mais aprofundada, com os próprios autores de livros-reportagens, a afirmação de que esses estariam em tal grau livres de pressões ou mesmo compromissos comerciais. Em um mercado editorial competitivo como o brasileiro, o jornalista, investido na condição de “autor solitário”, precisa até mesmo enfrentar questões judiciais, como a necessidade de autorização prévia das biografias por parte dos biografados ou seu herdeiros, prevista no Código Civil.

Quanto à liberdade de fontes, continua Lima, o escritor “pode fugir do estreito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas” (LIMA, 2009, p.84). A esta se articula a liberdade temporal. O jornalista escritor estaria “livre do rancor limitador da presentificação restrita” e poderia avançar, com mais paciência, “para o relato da contemporaneidade, resgatando informações do tempo algo mais distante do de hoje, mas que, todavia segue causando efeitos neste” (LIMA, 2009, p.85).

Concordo com os benefícios óbvios do prazo mais dilatado para a pesquisa jornalística documental e oral, mas não acredito que seja determinante para que o jornalista que se aventura nessa seara não incorra em uma visão estereotipada do real. Mais espaço para discorrer suas interpretações e mais tempo para coletá-las e organizá-las não significa que o autor de determinada biografia, por exemplo, entenderá ou explicará com mais precisão e de forma multiangular, determinados aspectos contraditórios de uma personalidade ou fato histórico. Uma biografia pode contribuir, por exemplo, para deturpar de forma injusta a personalidade de determinada pessoa, apoiada em um discurso de meticulosa objetividade jornalística, pensada com calma.

Como não necessita girar em torno do factual, da busca obsessiva pelo acontecimento presente, o autor de livros-reportagens também gozaria, segundo Lima (2009, p.85), de uma “liberdade do eixo de abordagem”. Em suas palavras, esse profissional pode “vislumbrar um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradouras que compõem um terreno de linhas de força que determinam o acontecimento” (LIMA, 2009, p.85). Por fim, surge a liberdade de propósito, que, nas palavras de Lima (2009, p.85), “(...) permite que o livro ascenda aspirações para um alvo mais elevado do que a (...) reportagem comum em geral apresenta”.



Percebe-se, até pelo tom do texto do autor, um elogio desmedido ao suporte livro-reportagem. Como se o jornalista, ao dedicar-se a esse gênero, ingressasse em um território “mágico” de liberdades, livrando-se das pressões amargas da rotina profissional. Sustento a hipótese, alimentada por entrevistas já concedidas na mídia por autores de livros-reportagens, que o tempo para recolher tanto material documental e oral também é “opressor” no universo do livro-reportagem. E que a luta individual do jornalista-autor para ingressar no mercado editorial pode ser tão ferrenha quanto os sentimentos de “pressão” e “aprisionamento” das rotinas produtivas de uma redação. As entrevistas com os autores devem deixar esses aspectos mais claros na tese futura.

Como teve a chance de analisar a produção brasileira mais consolidada, pois sua tese é posterior à de Lima, Catalão apresenta um teor bem mais crítico com relação ao tipo de produto que estava chegando às livrarias até então. Essa análise é bastante esclarecedora com relação à temática da construção social da realidade, pois permite perceber como os autores mencionados lidam com o processo de narração do real.

A primeira característica que chama a atenção de Catalão (2010) é a presença, nessas obras, do jornalista como autor individual. É o repórter que assume as iniciativas do projeto monotemático, além de ser apresentado “como o responsável por todo o trabalho de reportagem mediante o qual se elaborou o enunciado” (CATALÃO, 2010, p.232). Coloca-se, nessa maneira, em uma “posição dialógica diferenciada”, relacionando-se diretamente com o leitor. Mas, como não está vinculado a uma “subordinação funcional e econômica”, segundo Catalão, esse profissional precisa pautar um assunto que atraia o interesse do público e compor textos “facilmente inteligíveis e potencialmente atraentes para o maior número de leitores possível” (CATALÃO, 2010, p.232).

Percebe-se na análise de Catalão certo desarme do discurso autoral proferido pelos próprios autores de livros-reportagens. É claro que as vantagens da autoria parecem estar muito mais presentes para um autor de livro-reportagem do que para um jornalista inserido nas lógicas produtivas de uma redação, mas a busca por leitores envolve escolhas, mesmo que subjetivas, dos temas a serem abordados. Ruy Castro já declarou à imprensa, por exemplo, que nunca biografaria uma personalidade por quem não nutrisse admiração, como Carlos Lacerda, por exemplo.

Quanto à narração, Catalão (2010, p.233) percebe a tendência de apresentar “uma sucessão de eventos, articulados conforme a suposta ordem cronológica de suas ocorrências”. Essa forma de narração envolve outra característica, a de familiaridade com o leitor, que se materializaria nos produtos não como “experimentalismo estéticos, formais ou lingüísticos”, mas, sim, correspondendo a um “certo convencionalismo enunciativo” (CATALÃO, 2010, p.303 e 304).

Se compararmos a tendência dos livros-reportagens produzidos no período do *new-journalism*, como os de Tom Wolfe ou Hunter Thompson, por exemplo, percebe-se que os norte-americanos investiram muito mais nas inovações estéticas narrativas e arriscaram mesmo a expor suas angústias e dúvidas no processo, o que não é tão comum na tradição do livro-reportagem brasileiro. Com exceções marcadas por obras como “Abusado”, na qual Caco Barcelos lembra ao leitor, em vários momentos, suas dúvidas e dificuldades de interpretação da complexa realidade do tráfico em uma favela.

Chamou ainda a atenção de Catalão (2010, p.235), a característica da onisciência. Ele critica o “tom de segurança e de certeza do autor”, já que raramente “se encontram dúvidas, indefinições ou inquietações, seja quanto aos acontecimentos relatados, às teses defendidas ou às informações que as sustentam e ao processo por meio do qual elas foram obtidas” (CATALÃO, 2010, p.235). Creio que esse talvez seja o principal ranço que os autores de livros-reportagens estejam transpondo de suas experiências de contato e interpretação do real desenvolvidas nas redações. É preciso que esses jornalistas aproveitem as reais vantagens do suporte para manifestarem menos o discurso das “certezas” e entenderem o formato livro como a possibilidade de práticas jornalísticas mais abertas à surpresa das forças contraditórias da realidade. Porque não provocar mais o leitor para a compreensão conjunta de um real tão complexo?

Vilas Boas (2006) aponta alguns aspectos que, na sua visão representariam limitações filosóficas e narrativas para os livros-reportagens brasileiros. O primeiro deles é a descendência, que aparece no *corpus* sob a forma de narrativas marcadas pelos tons de determinismo e reducionismo. “O importante é não aceitar previamente que o biografado seja mero efeito, mera consequência dos que seus pais foram ou deixaram de ser” (VILAS BOAS, 2006, p.44).

Na maioria das biografias, segundo análise de Vilas Boas (2006, p.73), é “notável o afã dos autores por realçar várias qualidades supostamente inatas, que expliquem o herói vitorioso”, o que ele denominou de fatalismo. No entanto, com esse recurso, o “ser humano central vai desaparecendo na medida da reputação alcançada” (VILAS BOAS, 2006, p.78), podendo transformar o protagonista em “mero coajuvante”. Essas duas características percebidas por Vilas Boas demonstram como o jornalista aplica, em sua narração do real, vários aspectos de tipificação que empresta, muitas vezes, do próprio “mundo da vida” que integra. Esses esquemas planejados de enquadramento do real podem ser invocados em uma tentativa de aproximação com o mundo de representação do público leitor, mas podem resultar simplificadoras.

Outro problema no tom das biografias brasileiras, segundo Villas Boas, é o caráter da extraordinariedade. Ele acredita que não se pode esquecer do relato do “mundo das experiências comuns, que se movimentam entre o público e o privado”, escapando, assim, da “visão rasa (típica do jornalismo de noticiários) de que uma pessoa

constrói sozinha o seu universo consagrador” (VILAS BOAS, 2006, p.111). Nesse sentido, o pesquisador sugere que os autores de livros-reportagens apresentem “facetas diversas de seu herói, e não apenas a extraordinária carreira” (VILAS BOAS, 2006, p.123). Seria preciso “voltar os olhos e os sentidos também para os coadjuvantes, os co-autores da obra da pessoa em foco” (VILAS BOAS, 2006, p.123). Alguns jornalistas brasileiros têm procurado descobrir esse véu da excepcionalidade, como Daniela Arbex, que resgatou vozes anônimas silenciadas na história do hospício de Barbacena (MG), no livro “Holocausto Brasileiro”. Ou Eliane Brum, que, em “O olho da rua”, reúne reportagens sobre os personagens de um asilo de idosos, uma merendeira à beira da morte, ou parteiras da Amazônia, por exemplo.

Assim como percebeu Catalão, Vilas Boas (2006, p. 126) se incomodou com “um véu de verdade absoluta que encobre as biografias”. Para este último, “a célula-mãe da biografia é exatamente o humano e seus entornos, ambos imensuráveis, incalculáveis, indecomponíveis” (VILAS BOAS, 2006, p.132). Ele sugere que, em vez do esquema “descendência-fatalismo-superlativações”, a vida descrita contenha também “ambiguidades que todos possuímos” (VILAS BOAS, 2006, p.134). E, em uma aproximação com as recomendações de Correia, Vilas Boas (2006, p.138) destaca que os biógrafos precisam “romper com suas obrigações cartesianas e assumirem-se verdadeiramente como sujeitos no mundo, sujeitos do sujeito em foco e sujeitos assumidos (declaradamente presentes) no mundo da narrativa”.

Dessa reflexão decorre outra constatação de Vilas Boas, segundo a qual falta mais transparência na relação do jornalista-biógrafo com os seus leitores. Ele não vê problemas dos jornalistas autores incluírem, de forma “pertinente, sensata e comedida”, as “suas dúvidas, suas escolhas, seus conflitos, seus impasses, suas vivências ao longo da jornada biográfica” (VILAS BOAS, 2006, p.146). O pesquisador pondera que não se trata de emissão de juízos morais, mas a afirmação de um “eu-convicente” que rompa com “mecanismos mentais tipicamente cartesianos” (VILAS BOAS, 2006, p.146).

A principal indicação é que os autores de livros-reportagens deveriam aproveitar as “liberdades” disponíveis e promover uma reflexão conjunta com o leitor sobre o processo de construção da realidade engendrado. Entender-se como parte do mundo da vida que ajuda a narrar. Atento a essas recomendações, já é possível esboçar algumas questões macro que podem nortear as entrevistas com autores de livros-reportagens que pretendo desenvolver na fase de campo da tese: Como eles compararam as rotinas de uma redação jornalística com a produção de um livro-reportagem? De que forma são selecionados os personagens do livro e como se desenvolvem as entrevistas? Quais são as principais diferenças da relação de um autor de livros-reportagens com as editoras em comparação com a de um jornalista e a estrutura hierárquica de um órgão de imprensa? Exemplifique dilemas éticos enfrentados no processo de produção dos seus livros. O fato de lidar com temas da contemporanei-

dade apresenta quais especificidades quando pensamos na rotina do factual vivida em uma redação?

## Elementos Conclusivos

As reflexões teóricas sobre a construção social da realidade e o jornalismo como instituição; além das análises das posturas narrativas dos autores de livros-reportagens expostas neste artigo, alimentam um debate crucial sobre o papel legitimado da profissão para representar o real. Embora o jornalismo possa estar vivendo uma crise narrativa devido à emergência das redes sociais, sua importância como intérprete dos acontecimentos do “mundo da vida” continua relevante. O livro-reportagem, em afirmação no mercado editorial, pode ser uma janela para arejar essas leituras da realidade, ainda que não esteja totalmente livre da lógica comercial.

Ficou evidente que a autonomia do jornalista, bem mais presente quando esses profissionais optam por produzir livros-reportagens, não é condição única para que as obras nasçam livres de estereótipos, tipificações e reducionismos. Ter mais tempo para entrevistar, comparar e confrontar os argumentos sobre fatos históricos ou personagens narrados não garante, tão somente, que o livro proporcionará aos leitores uma leitura múltipla e complexa da realidade relatada. Como o jornalista faz parte do mundo da vida que interpreta, também está sujeito à forte carga de valores e crenças.

Mesmo desenvolvendo um trabalho mais individualizado, longe das hierarquias e pressões do tempo, do factual e dos critérios de noticiabilidade engessados, os autores de livros-reportagens ainda comungam de uma série de valores profissionais seculares, não necessariamente divorciados de preconceitos ou reducionismos. Eles fizeram parte de equipes jornalísticas de renome e adquiriram previamente um capital simbólico respeitável nas redações. Porém, esse legado não assegura que, ao aderirem ao subcampo do livro-reportagem, respirarão de um ambiente tão liberto que não terão mais que se preocupar com as balizas éticas.

Autores como Wolf, Traquina, Tuchman, Alsina, entre outros, já analisaram os mecanismos complexos de produção e assimilação das notícias a partir de uma perspectiva construcionista. Levam em conta tanto a rotina produtiva quanto a complementação do significado dos acontecimentos a partir das múltiplas possibilidades de recepção da mídia. No entanto, ainda são raros estudos sobre o papel específico do livro-reportagem no processo de construção da realidade, lacuna que o autor deste artigo vai ajudar a tentar a preencher com a sua tese sobre o assunto.

Ficou claro, pelo relato das pesquisas existentes, que Lima, Catalão e Vilas Boas deixaram um legado importante de conceituação do livro-reportagem brasileiro. Relacionaram os seus aspectos mais autorais de produção, bem como as suas carac-

terísticas em termos de conteúdo e discurso. Porém detectaram em seu conteúdo, algumas vezes, certa marca de determinismo e pretensão de verdade.

A nova tese, desenvolvida pelo autor deste artigo, terá como missão apurar as opiniões dos próprios jornalistas-autores sobre os aspectos diferenciais, os dilemas e as satisfações que envolvem os modos de produção específicos do livro-reportagem no Brasil. E compará-las com a visão dos representantes do campo em que estão se aventurando, os editores de livros, a respeito do valor comercial, cultural e o *status* simbólico que essas obras representam.

## Referências

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORDIEU, P. **Sobre a televisão**. SP: Jorge Zahar, 1997.

BURKE, P. **Uma história do conhecimento**-de Gutenberg a Diderot. RJ: Jorge Zahar, 2003.

CATALÃO JR., A. H. **Jornalismo Best-seller**- o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. 2010. 252f. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

CORREIA, J. C. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

HALL, S. **El trabajo de La representación**. In: HALL, S. (ed.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1997. Tradução: Elias Sevilla Casas.

LIMA, E. P. **Páginas Ampliadas**-livro-reportagem como extensão do jornalismo. SP: Manole, 2009.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. SP: Paulus, 2005.

VILAS BOAS, S. L. **Metabiografia e Seis Tópicos Para Aperfeiçoamento do Jornalismo Biográfico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - USP, 2006.